

Jornal da Ciência

Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

O andarilho da **UTOPIA**

O mundo celebra o centenário de nascimento do educador **PAULO FREIRE**, pensador e humanista que influenciou (e influencia até hoje) estudiosos e artistas por toda parte

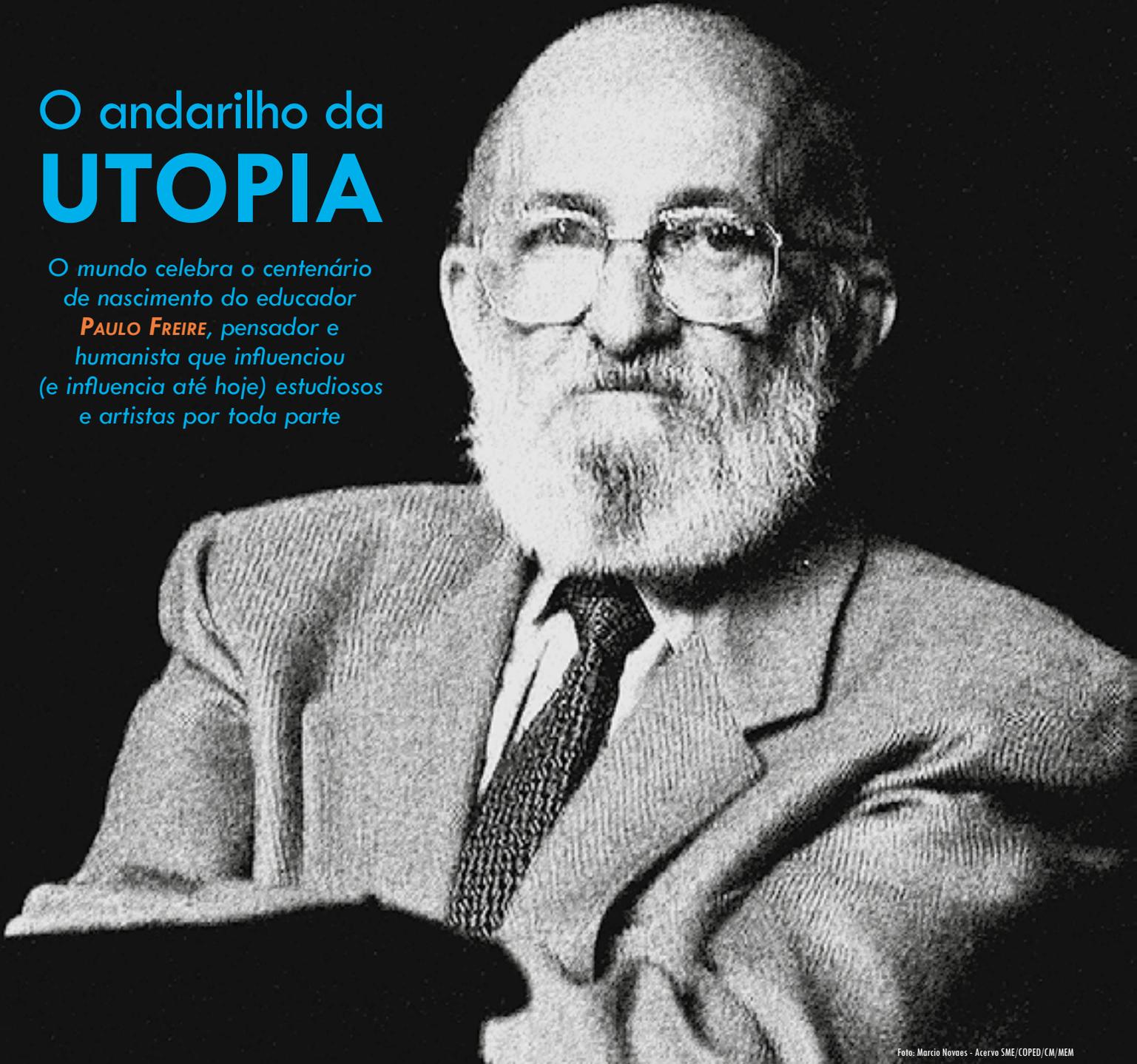


Foto: Marcio Novaes - Acervo SME/COPE/CM/MEM

ENTREVISTA

Por uma educação problematizadora e humanizadora

8

EDUCAÇÃO

Pós-graduação adere a cotas, mas faltam professores negros e indígenas

10

ESCOLA PÓS-COVID

Como adaptar o ambiente escolar às exigências de um mundo pandêmico

13

EDITORIAL

O legado do mestre

PAULO FREIRE, cujo centenário de nascimento será celebrado em setembro, é um dos nomes que melhor representa o Brasil. Nascido no Recife (PE), em 19 de setembro de 1921, ele deixou um legado humanista e filosófico que transcendeu a educação, área para a qual ele dedicou sua vida. Seus livros foram traduzidos em vários idiomas e "Pedagogia do Oprimido", sua obra clássica, entrou para a história como um dos livros mais lidos, um dos mais citados e que inspirou professores, profissionais e artistas de todas as áreas, em todo mundo.

A SBPC teve a oportunidade de homenagear Freire em duas ocasiões, uma ainda em vida. Em 1993, a entidade se juntou a um grupo de educadores, sindicalistas, dirigentes de associações e organizações de diversas áreas que apresentaram oficialmente o nome dele ao Comitê que outorga o Prêmio Nobel da Paz, na Noruega. Em julho daquele ano, a direção da aprovou uma moção, durante a sua 45ª Reunião Anual, realizada no Recife, na UFPE, apoiando a indicação. A moção afirmava que a iniciativa de premiação ao educador seria o reconhecimento oficial ao seu projeto pedagógico que ganhou o mundo. A segunda vez foi uma homenagem póstuma, durante a 55ª Reunião Anual realizada também na UFPE, em 2003.

Esta edição do *Jornal da Ciência* é dedicada à Educação em homenagem ao centenário de nascimento de Paulo Freire. Sobre ele, ouvimos depoimentos de educadores, familiares e amigos para traçar um perfil. Buscamos dar um toque especial, trazendo o trabalho do cientista da computação capixaba David Nemer e da artista plástica e pesquisadora Naomi Rincón Gallardo, dois jovens que eram crianças quando Freire faleceu, 24 anos atrás, mas que foram inspirados por seu trabalho.

Sobre a Educação, atualmente vivemos algumas inquietações.

Uma notícia alvissareira é que a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) foi debatida nas instituições de ensino federal junto a especialistas, professores e pesquisadores que confirmaram os bons resultados em termos de inclusão de ingressantes provenientes da rede pública e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas. A constatação é embasada por um estudo apontando que iniciativas adotadas por decisão dos programas de Pós-Graduação das universidades federais aumentaram de 45, em 2017, para 134, em janeiro de 2018. Esses dados são importantes para subsidiar um debate fundamental sobre a Lei de Cotas que perderá a validade em 2022 caso não seja renovada pelo Congresso, conforme prevê o artigo 7º do próprio texto.

Por outro lado, a pandemia do coronavírus deixou, até agora, um saldo negativo para professores, alunos e suas famílias após quase um ano sem aulas presenciais.

Mesmo sem a vacina contra a covid-19, os governantes autorizaram a volta às aulas presenciais de forma precária. Diante do fato de que essa não é a primeira pandemia, não será a última e as próximas acontecerão com cada vez mais frequência - segundo estudos científicos sobre mudanças climáticas e degradação ambiental - arquitetos e professores afirmam que o espaço escolar tem que ser reestruturado para estes novos tempos.

Além disso, cortes orçamentários sucessivos, ano a ano, se somam a ataques de cunho ideológico. Em janeiro, foi publicado um edital destinando parte dos magros recursos da Capes para pesquisas direcionadas a uma visão conservadora da família. Pouco depois, o governo tentou extinguir a exigência de gastos obrigatórios com saúde e educação via Proposta de Emenda Constitucional 186/2020, batizada de PEC Emergencial.

Além do desfinanciamento, especialistas afirmam que as instituições científicas e acadêmicas poderão sofrer novos ataques impostos por políticas conservadoras e excludentes.

Sintomaticamente, são os mesmos conservadores que atacam Paulo Freire. O governo federal no poder desde 2018 prometeu banir Freire da educação brasileira e, além de não reconhecê-lo como Patrono da Educação brasileira - título conferido a ele por decisão do legislativo em 2012 - o tratam com desapareço nas redes sociais.

Boa Leitura

ILDEU DE CASTRO MOREIRA | Presidente da SBPC

FERNANDA DA FONSECA SOBRAL | Vice-presidente da SBPC

ELEIÇÕES NA SBPC

A participação dos sócios ativos é essencial para o processo eleitoral

As eleições para a gestão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) estão em marcha. O pleito vai definir novos membros da gestão do biênio 2021-2023, de parte do Conselho (quadriênio 2021-2025) e das Secretarias Regionais (biênio 2021-2023).

O processo eleitoral iniciou-se em março e terminará com a posse da nova gestão da Diretoria, Conselho e Secretarias Regionais, durante a 73ª Reunião Anual da SBPC, em data a ser definida.

A Comissão Eleitoral 2021 designada pela Diretoria para deliberar sobre a eleição já divulgou uma primeira Circular aos sócios ativos, na primeira semana de março, informando o calendário das reuniões e prazos do processo eleitoral.

A Comissão é presidida pelo conselheiro da SBPC, Walter Colli (USP), e composta pelos conselheiros Anderson Gomes (UFPE), Débora Foguel (UFRJ) e Mário Steindel (UFSC); e pelos sócios Cláudia Masini d'Ávila (Fiocruz), Lisbeth Kaiserlian Cordani (USP) e Nilson Gabas Junior (Museu Goeldi);

Todos os sócios ativos podem indicar candidatos e se candidatar aos cargos em disputa nas eleições, até o dia 3 de maio, atendendo às normas regimentais e às especificações da circular.

Para participar, os sócios devem atualizar seus cadastros e a anuidade 2021 nos serviços online (<http://socios.sbpcnet.org.br/>). A Secretaria de Sócios está à disposição para atendimento no e-mail socios@sbpcnet.org.br ou nos telefones (11) 98907.2544 e 97660.7579.

portal.sbpcnet.org.br

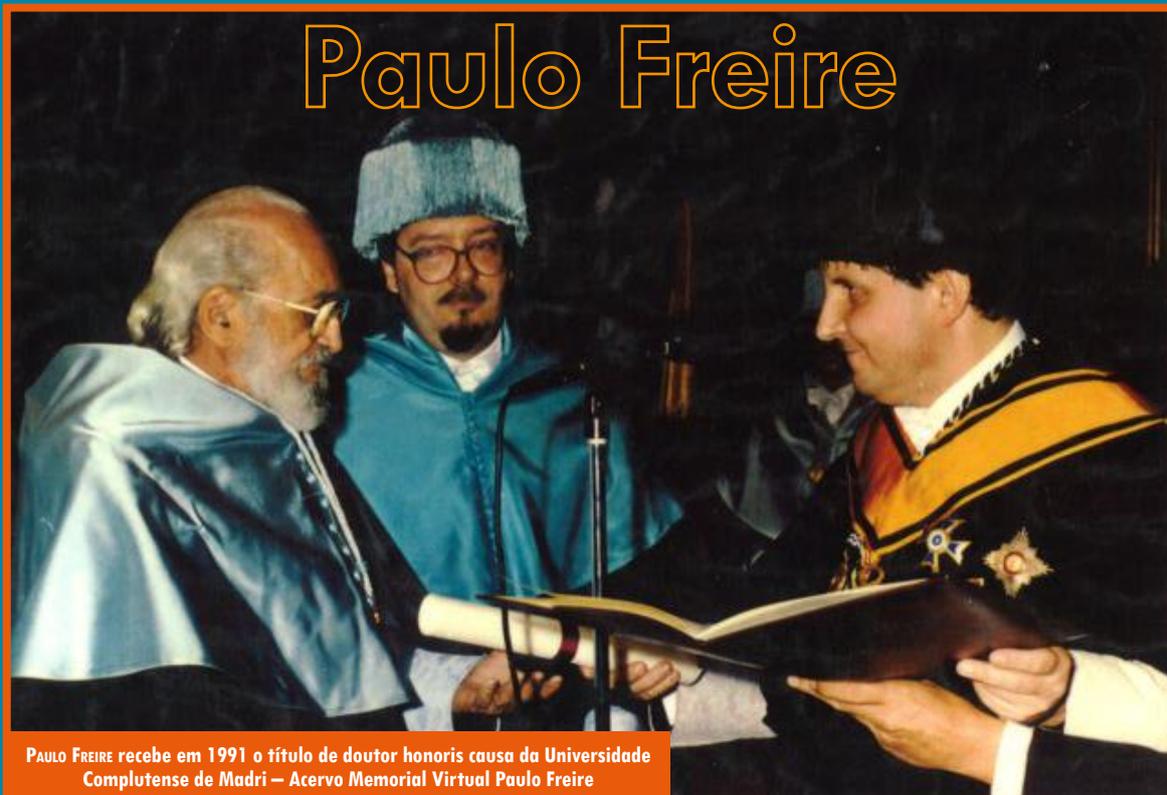


Siga a SBPC nas redes sociais

@SBPCnet



O mundo celebra o centenário de Paulo Freire



PAULO FREIRE recebe em 1991 o título de doutor honoris causa da Universidade Complutense de Madrid – Acervo Memorial Virtual Paulo Freire

Um dos educadores mais famosos e respeitados mundialmente, Freire deixou um legado que transcende a educação. Em 1993, a SBPC aprovou uma moção de apoio à indicação dele para o Prêmio Nobel da Paz

JANES ROCHA

Dezenas de eventos virtuais por todo o Brasil e vários países vêm marcando, desde o ano passado, os cem anos de nascimento de Paulo Reglus Neves Freire. Conhecido apenas como Paulo Freire, ele é o um dos educadores mais famosos e respeitados mundialmente. Nascido no Recife (PE), em 19 de setembro de 1921, desenvolveu um trabalho considerado clássico na sua área, mas seu legado transborda as fronteiras da educação, entrando por vários outros campos do conhecimento (leia mais na página 4).

“Ele deixou marcas profundas em muitas pessoas e profissionais de diferentes áreas. Não apenas pelas suas ideias, mas, sobretudo, pelo seu compromisso ético-político”, comentou, por escrito, Moacir Gadotti, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), diretor do Instituto Paulo Freire e uma das pessoas que foram mais próximas a Freire. “Ele não deixou discípulos como seguidores de ideias. Deixou mais do que isso. Deixou um espírito”, define Gadotti.

Um de quatro filhos do casal Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire, Paulo Freire começou a ler orientado pela mãe. Concluiu a escola primária no município de

Jaboatão dos Guararapes, o ginásio e o secundário no Colégio Oswaldo Cruz, no Recife. cursou o “pré-jurídico”, uma modalidade oferecida na época pela escola secundária, preparando-se para ingressar, aos 22 anos, na Faculdade de Direito do Recife. Não porque quisesse ser advogado, mas porque era a única opção na área de ciências humanas, segundo ele mesmo contou em uma entrevista à revista Nova Escola, em 1994.

Casou-se, em 1944, com a professora primária Elza Maria Costa Oliveira (falecida em 1986), com quem teve cinco filhos: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes.

O golpe civil-militar de 1964 encontrou Paulo Freire em Brasília, envolvido com o Programa Nacional de Alfabetização, um grande esforço nacional convocado pelo presidente João Goulart, em 1961, com o objetivo de alfabetizar 1.834.200 adultos, atendendo assim 8,9% da população analfabeta (da faixa de 15 a 45 anos), que em setembro de 1963 era de 20,442 milhões pessoas (CPDOC/FGV). Professores, estudantes, sociedades de bairros, entidades religiosas e outras organizações da sociedade civil foram chamados a participar do programa do qual Freire era conselheiro e ativista.

PAULO FREIRE

Com o golpe, Freire foi destituído do programa, aposentado compulsoriamente de seu posto de professor da Universidade do Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco, UFPE) e passou a ser perseguido politicamente, o que o obrigou a exilar-se. Foi primeiro para a Bolívia, depois para o Chile, onde ficou até 1969. Convidado para lecionar na Universidade de Harvard, ele morou e trabalhou em Cambridge, Massachussets, até 1970. Naquele ano mudou-se para Genebra para ser consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas e dar aulas na Faculdade de Educação da Universidade de Genebra. O Conselho lhe deu a oportunidade de espalhar suas ideias e seu método educativo pelo mundo: África, Ásia, Oceania e América Latina. Voltou do exílio em 1979 com a anistia, para dar aula na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1989 assumiu a Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura de São Paulo, a convite da prefeita Luiza Erundina (1989-1993). Deixou o posto em 1991 por não se entender muito bem com a política, segundo Gadotti.

Freire publicou 14 livros como autor único e mais dez em parceria com outros educadores. Quase todos estão editados em inglês, francês e espanhol, muitos em italiano e alemão. “Pedagogia do oprimido”, sua obra mais conhecida, já foi traduzido em 17 idiomas. Devido à censura do regime militar, a primeira versão em livro do manuscrito de 1968 saiu em 1970 em inglês e espanhol, mas só ficou disponível no Brasil quatro anos depois.

Em 1993, um grupo de educadores, sindicalistas, dirigentes de associações e organizações de diversas áreas apresentaram oficialmente o nome dele ao Comitê que outorga o Prêmio Nobel da Paz, na Suécia. Em julho daquele ano, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) aprovou uma moção, durante a sua 45ª Reunião Anual, realizada no Recife, na UFPE, apoiando a indicação. A moção afirmava que a iniciativa de premiação ao educador seria o reconhecimento oficial ao seu projeto pedagógico que ganhou o mundo.

Esta edição do *Jornal da Ciência* é dedicada à educação em homenagem ao centenário de nascimento de Paulo Freire e traz, nas próximas páginas um pouco mais da história, depoimentos de educadores e familiares sobre ele.

Uma obra transcendental

Mais que um pedagogo, Paulo Freire foi um humanista. O pensamento “Freireano” influenciou estudiosos e artistas por toda parte. Em seu país natal, entretanto, ele hoje é atacado pela extrema direita

Foto: Memorial da Educação Municipal da cidade de São Paulo*



PAULO FREIRE (à direita) participa de plenário de professores no Centro Cultural Vergueiro, em 1990, em São Paulo (SP)

JANES ROCHA

Charlottesville, Virgínia (EUA). O cientista da computação capixaba David Nemer, professor do Departamento de Estudos de Mídia da Universidade de Virgínia, prepara o lançamento em português de seu livro “**Tecnologia do Oprimido**”. Baseado em uma pesquisa etnográfica realizada desde 2012 em favelas de Vitória (ES), o livro mostra como moradores de comunidades carentes se apropriam de tecnologias ou espaços tecnológicos para, nas palavras do Nemer, “encontrar sua própria libertação”.

Um exemplo são as mães da favela que trabalham à noite e, para não deixar os filhos menores sozinhos em casa, deixam-nos nas ‘lan houses’, onde ficam navegando na internet ou jogando. Estes estabelecimentos comerciais são respeitados pelo tráfico como territórios neutros dentro das comunidades, então ali os jovens estão seguros.

“Eu peguei esse entendimento da Pedagogia do Oprimido e reinventei as ideias de Paulo Freire para aplicar a essa sociedade da informação. É um livro que traz a essência de Freire para entender a opressão e como os oprimidos se engajam com as tecnologias para encontrar sua libertação”, definiu Nemer em entrevista ao *Jornal da Ciência* (JC). O livro já passou pela revisão por pares e está contratado pela editora do Massachussets Institute of Technologies (MIT) para publicação em inglês em 2022.

Cidade do México (México). A obra **Odisea Acotepec – Verbo Alienante** (2014), da artista plástica e pesquisadora Naomi Rincón Gallardo, homenageia pensadores ligados à educação. O brasileiro Paulo Freire (1921-1997), o suíço Jean Piaget (1896-1980) e o austríaco Ivan Illich (1926-2002) inspiraram o trabalho que está em exposição na 34ª Bienal de São Paulo.

Gallardo, que nasceu nos Estados Unidos e vive na Cidade do México, de onde deu uma entrevista ao JC via Zoom, contou que leu Paulo Freire pela primeira vez quando tinha 15 anos e estudava em uma escola particular chamada Centro Activo Freire. A escola adaptou a metodologia de ensino do brasileiro e estimulava seus alunos a partirem para alfabetizar pessoas marginalizadas em outras regiões. “Eles criaram umas mochilas para os alfabetizadores, uns pacotes com uma série de coisas, fotografias e ‘palavras geradoras’ de diferentes situações que os grupos sociais poderiam enfrentar onde o analfabetismo era uma realidade”, contou.

“Para mim esse foi um despertar muito importante em termos da minha formação como sujeito político e também para conhecer partes da realidade nacional, aqueles a quem eu não tinha acesso devido à minha vida urbana”, afirmou Gallardo.

Os trabalhos de Naomi e David demonstram como o legado de Paulo Freire transcende a educação, área na qual ele atuou boa parte da vida e na qual é mais conhecido. A influência de seu pensamento chega às artes, à cultura, ao cinema, à economia, às ciências exatas e à tecnologia.

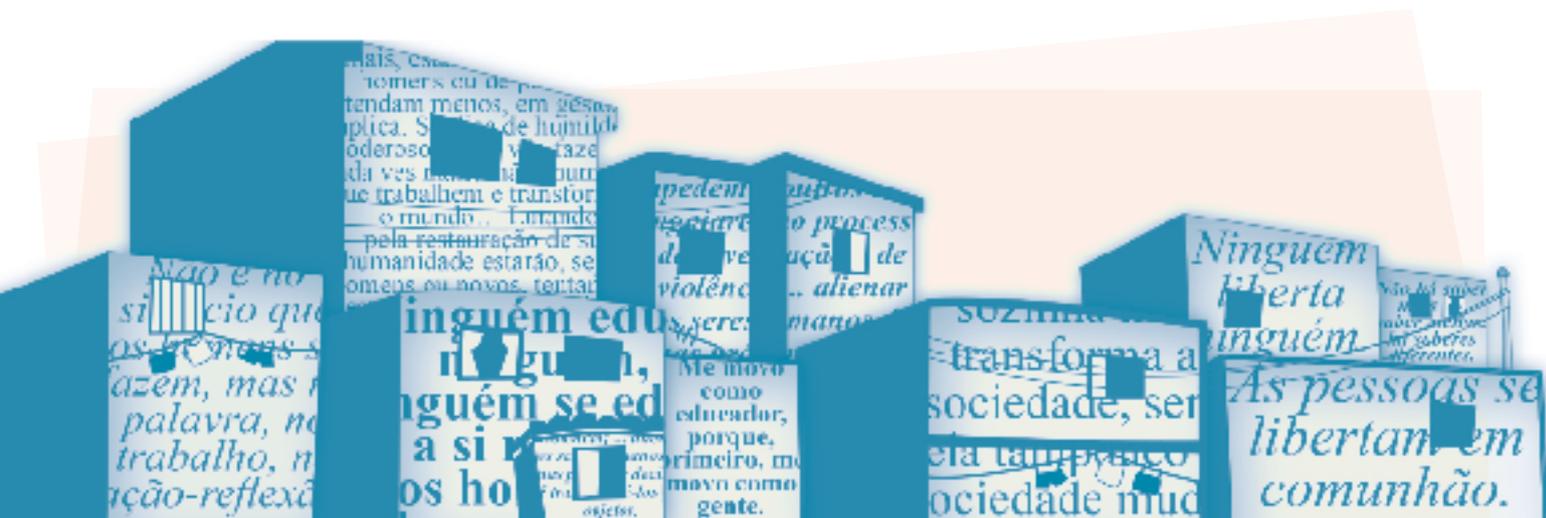
“Paulo Freire nunca foi um pedagogo. Ele sempre foi um pensador do humano através da educação”, define o professor Carlos Rodrigues Brandão. Professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brandão conviveu com Freire e é um grande conhecedor de sua obra. Em *Pedagogia do Oprimido*, afirma, a educação aparece como instrumento de ação para a libertação, tanto do oprimido em relação ao opressor, quanto do opressor frente à opressão. “A razão principal é que todo o projeto (de Freire) tem uma base mais filosófica, centrada no humanismo”, disse Brandão. “Inclusive, a palavra humanismo e as derivadas humanizante, humanizador, vão ser as palavras-chave.”

A questão fundamental é, na visão de Brandão, o homem deixar a sua condição desumanizante, libertando-se da situação de oprimido de baixo para cima. “Essa libertação em Paulo Freire é ins-

trumentalizada pela educação porque é com isso que ele está trabalhando. Poderia ser pela saúde, pela comunicação, pela arte, ele estava aberto a tudo isso”, acrescenta o professor da Unicamp.

“Para Paulo Freire, a educação é uma espécie de comunhão educando-educador, ambos aprendem, ambos ensinam”, descreve o professor Luiz Roberto Alves, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), que também conviveu e trabalhou com Freire.

“A obra freiriana fala de vários aspectos que constituem, na verdade, um projeto de sociedade”, opinou a psicóloga Fernanda Leal, mestre em Comunicação e Semiótica e membro da coordenação colegiada da Rede Paulo Freire (RPF). Fundada em 2019, a Rede se articulou com o Projeto Mandacaru de pesquisas científicas voltadas ao combate à covid-19 e em pouco tempo envolveu artistas, agentes culturais, ativistas do meio ambiente e da segurança alimentar. “É mais que um coletivo, é uma organização que, além de homenagear Paulo Freire e reconhecer seu lugar, não só como patrono, mas também na contribuição pela transformação da sociedade via educação”, definiu Leal.



PAULO FREIRE

Foto: Acervo do Memorial Virtual Paulo Freire



Dimensão internacional: debate entre FREIRE e o educador austríaco IVAN ILLICH foi tema de revista japonesa, na década de 70

“Meu pai nunca foi um homem de discursos, mas de falas. Nunca foi intelectual de gabinete, mas orgânico no sentido ‘gramsciano’ do termo”, afirmou Lutegarde Freire, um dos cinco filhos do educador. Se estivesse vivo, garante o filho, ele estaria batendo na tecla da alfabetização para diminuir as enormes desigualdades sociais do País.

O pensamento freiriano conquistou a comunidade acadêmica por toda parte. É o terceiro autor mais citado nas ciências sociais no mundo, mais que Michel Foucault e Karl Marx, segundo uma pesquisa feita em 2016 pelo professor da London School of Economics (LSE), Elliott Green.

Em sua terra natal, no entanto, ele não tem o reconhecimento que merece. Ao contrário, foi alvo de perseguições e ataques desde o começo de sua carreira até hoje, 24 anos após sua morte. O presidente eleito em 2018 prometeu banir Freire da educação brasileira e tanto Bolsonaro quanto muitos de seus seguidores têm feito acusações e ataques injustos ao educador.

Na época do lançamento, 1968, sob a ditadura civil-militar, *Pedagogia do Oprimido* foi impedido de circular. Como atestou o historiador e doutor em Educação, José Eustáquio Romão, em entrevista à BBC Brasil em 2015, “Paulo Freire nunca foi aplicado na educação brasileira”, ainda que em 2012 o Congresso Nacional tenha aprovado uma lei que deu a ele o título de Patrono da Educação.

Sua obra só se manteve viva no País pelo esforço de uma comunidade acadêmica, professores e discípulos resistentes que mantiveram viva a “atitude freiriana”, explica o professor Luiz Roberto Alves. A pedagoga e psicanalista Fátima Freire Dowbor, filha de Paulo Freire, contou que a família decidiu não responder aos ataques ao pai. “Não faz sentido entrarmos em uma briga que para nós é totalmente infundada no sentido da compreensão. Foi verificado que a grande maioria dessas pessoas, sobretudo as mais distantes, que atacavam pela televisão, não conheciam o pensamento”, afirmou. E completou, parafraseando Chico Buarque: “Quem não conhece, não pode reconhecer.”

*Ilustrações elaboradas com citações de Paulo Freire, por Fernando Pestano.



Amor e eficiência

Maria Eneide de Araújo, 64 anos, é professora aposentada do ensino público de Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, cidade que fica a cerca de duas horas da capital, Natal. Pedagoga formada pela universidade estadual (UERN), ela é testemunha do primeiro projeto de alfabetização de adultos que tornou Paulo Freire reconhecido mundialmente.

Em 1963, com seis anos de idade, ela passou a frequentar as aulas do projeto levada pelos pais, que estavam em processo de alfabetização e não tinham com quem deixar ela e a irmã. Agora ela está contando sua experiência em um livro de memórias cuja produção está sob os cuidados da filha, Lidiane.

“Me lembro de tudo. Tinha 6 anos na época, ainda não era alfabetizada, meu pai e minha mãe iam e eu acompanhava. Minha irmã já sabia ler, ia também”, contou por telefone. Seu interesse por ler e escrever era tanto que acabou aprendendo até antes dos adultos. “Eu tinha muita vontade (de aprender) porque via minha irmã

lendo, meu pai comprava literatura de cordel pra ela ler e eu só decorava o que ela lia.”

Os pais de Maria Eneide eram lavradores. Começaram a frequentar as aulas do projeto que eram realizadas nas casas de vizinhos. “Quem tivesse uma casa maior, cedia a sala para que acontecesse a escola. Tinha umas carteiras velhas, reaproveitadas. Em outras casas, era uma mesa, uma bancada, o que tivesse. No bairro em que eu morava tinha umas três casas”, relatou.

Segundo ela, a professora era “dinâmica” e muito paciente. “Se meu pai estivesse cansado e não fosse para a aula, ela ia lá em casa chamar ele. E quando ele perdia por motivo de trabalho, não conseguia chegar na hora, eu ia com minha mãe, assistia tudo e ensinava para ele não ficar atrasado.”

As aulas eram apresentadas em slides por meio de “palavras geradoras”. “Por exemplo, tijolo. Meu pai sabia fazer tijolo, sabia o preço, tudo era explorado na sala de aula. Também havia uma aula de politização que era bastante conversada, falava sobre direitos,



Foto: arquivo pessoal



MARIA ENEIDE DE ARAÚJO, que frequentou o projeto de Angicos quando criança

deveres. Tanto que quando eu cheguei no primeiro ano da escola, eu já falava de constituinte, reforma agrária, essas coisas”, recorda.

Maria Eneide conta que depois de passar pela alfabetização, o pai dela começou a “exercer seu papel de cidadão, reivindicar seus direitos” e até mudou de profissão, passou a ser pedreiro. A mãe, assim que aprendeu a ler e escrever, fez um curso de corte e costura e passou a fazer as roupas das meninas.

Hoje como pedagoga, Maria Eneide destaca dois aspectos do método Paulo Freire de Alfabetização. Primeiro, a rapidez de resultados. “Um projeto de alfabetização popular que leva nove meses, (com o método Freire) eu alfabetizo em quatro. Pode mandar um que nunca estudou pra você ver”, desafia. Segundo, o amor. “A escola deveria ter uma dose de amor, de amorosidade, que era a marca da metodologia de Paulo Freire, e hoje não existe mais isso nas escolas. São as diferenças que eu vejo.”

Foto: Acervo do Memorial Virtual Paulo Freire



PAULO FREIRE em Angicos, 30 anos depois: saudação do povo de Angicos à Paulo Freire, 1993



Por uma educação problematizadora e humanizadora



Para a coordenadora da Cátedra Paulo Freire da UFPE, ELIETE SANTIAGO (ao centro na foto, com microfone), o educador representa um pensamento ético-político que fundamenta a educação como possibilidade de acesso ao conhecimento crítico de homens e mulheres, independente de idade, raça, gênero ou geração

Coordenadora da Cátedra Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Eliete Santiago fala sobre a contribuição que o pensamento freireano pode dar à educação nos dias de hoje e como ele via os desafios que se apresentam. Pedagoga pela UFPE com doutorado em Ciências da Educação pela Université de Paris V (Rene Descartes), Santiago é professora titular do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da universidade e membro da “Rede Freireana de Pesquisadores”. Confira a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva que ela concedeu ao Jornal da Ciência.

Jornal da Ciência – Em sua visão, de que forma Paulo Freire contribuiu para a educação no Brasil?

Eliete Santiago - No final dos anos 1940, Paulo Freire inicia sua reflexão e prática em educação. Inicialmente, educação de adultos, a partir de um olhar crítico para as condições de vida e de trabalho de mulheres e homens, de um olhar para educação e escolarização do povo recifense, ampliando esse olhar crítico para Pernambuco e o Brasil. Este pedagogo brasileiro se contrapôs a um modelo hegemônico de educação que se realizava como ato dissertativo, distante da experiência de educandos e educandas, cujos conteúdos constituíam objeto de memorização mecânica.

Denunciou e anunciou uma outra educação. Uma educação crítica, que não dicotomizava teoria e prática. Uma educação problematizadora, inclusiva e diversa, tendo por horizonte a justiça social. Paulo Freire contribuiu com a educação escolar e os movimentos sociais com uma pedagogia crítica que colocou a mulher e o homem no centro da ação educativa. Uma pedagogia do saber, da vida, cujo horizonte é a humanização da pessoa e do mundo.

JC – Com sua primeira equipe, no Nordeste, Freire elaborou não um método de alfabetização, mas todo um sistema de educação, que antecipava, em 1960, uma Universidade Popular. Este método, na sua visão, pode ser atualizado para os dias de hoje?

ES - Durante muito tempo, hoje mais raramente, a contribuição de Paulo Freire foi associada a um método de alfabetização. A experiência de Angicos (RN), que em pouco tempo alfabetizou centenas de adultos, notabilizou Freire e reforçou a ideia de criador de um método. Mas, ele foi além do método. Formulou uma teoria da educação, sustentada em concepções e princípios. Essa concepção de educação exigiu um novo olhar, uma nova relação entre os sujeitos da educação com o seu conteúdo. Trata-se da educação problematizadora. Paulo Freire

pensou e praticou uma educação como atividade de ensino e pesquisa de modo indicotomizáveis. Experienciou a gestão e viveu a extensão como comunicação e cultura na Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, onde criou o Serviço de Extensão Cultural (SEC). No SEC, ele criou equipamentos de comunicação, de aproximação com a sociedade e de formação. Dessa experiência data a Rádio Universidade, a Revista Estudos Universitários e a experiência de Angicos. O SEC representou o sonho da universidade aberta, popular. Uma universidade que ultrapassasse seus muros e aproximasse seus trabalhos dos grupos populares e não acadêmicos. Essa formulação política e finalidade podem orientar uma política de educação, hoje, sim. Mas são a opção política e as relações de poder que se estabelecem na sociedade – e na universidade em particular – que traçarão o rumo e a adesão ao pensamento freireano.

JC – Ele se declarava cristão e expressava críticas ao comunismo. Por que, na sua opinião, ele é tão contestado pela direita hoje no Brasil?

ES - A pergunta me leva a pensar em Dom Helder Câmara quando ele disse: “Se dou pão aos pobres, todos me chamam de santo. Se mostro porque os pobres não têm pão, me chamam de comunista”. Paulo Freire, como Dom Helder,

Foto: arquivo pessoal

são homens dos seus tempos, tomaram posição política. Colocaram seu trabalho a serviço da liberdade e da justiça. Se identificaram com os *esfarrapados e esfarrapadas do mundo*. Paulo Freire é um pensamento ético político que fundamenta a educação como possibilidade de acesso ao conhecimento crítico de homens e mulheres, independente de idade, raça, gênero ou geração. Todas e todos carregam possibilidade histórica de compreender seus contextos de vida e de trabalho, assim como de intervir nesses contextos. Homens e mulheres carregam a possibilidade de criarem e recriarem um mundo melhor. Esta compreensão e postura de Paulo Freire, de reconhecimento da politicidade da educação, da história como possibilidade e a educação colocada a favor de um mundo mais justo, leva a posições opostas. A contestação significa estar do lado oposto do projeto que ele defendeu com suas ideias e práticas, a partir da educação.

JC – Olhando os desafios do mundo hoje e pensando na pedagogia de Freire, qual deveria ser o objetivo da educação?

ES - A educação, na perspectiva de Paulo Freire, inscreve-se em um projeto de sociedade, voltada para o respeito aos direitos, à justiça social e à humanização. Olhando para a educação e a sociedade, vejo que mais do que nunca precisamos ter a consciência coletiva de defesa dos direitos humanos e sociais. Portanto, a educação por ele defendida é uma educação fundamentada na ética universal, na justiça social e curricular. Uma educação pública, gratuita, democrática, laica e plural.

JC – Que tipo de sociedade a educação – da forma que está posta – está criando?

ES - A educação não cria a sociedade; a educação contribui para que pessoas criem e modifiquem a sociedade. Criem um mundo melhor. Nosso sonho é de uma sociedade justa e solidária. Uma parcela da sociedade alimenta esse sonho e luta por ele. Outra parcela nega a justiça. O papel de uma educação crítica é evidenciar esses projetos antagônicos, essa tensão.

JC – Qual o papel da educação na formação das multidões de pessoas que estão aderindo a movimentos fanáticos de extrema direita?

ES - A adesão a movimentos de direita e de extrema direita não é privilégio do século 21, nem do Brasil, nem tampouco de tempos pandêmicos. A educação por sua natureza política e contraditória poderá ser colocada



ELIETE SANTIAGO durante exposição Labirintos, em 2013

a serviço da manutenção ou da transformação da sociedade. Daí a disputa no campo da educação, da formação dos professores, da finalidade da escola e os seus conteúdos, a exemplo dos currículos sempre tensionados. Assiste-se em todo o mundo a um avanço das políticas neoliberais, um crescimento de movimentos alinhados a retrocessos políticos, sociais e democráticos, a exemplo das ameaças à Constituição Federal do Brasil. A concepção e as práticas educativas favorecerão um ou outro projeto. Logo, desvelará ou opacizará as problemáticas que atingem homens e mulheres. Nossa opção é por uma educação que contribua para a compreensão crítica do mundo, das relações sociais em todos os níveis da convivência humana. Uma educação desveladora. Em resumo, uma educação política, ética e humanizadora.

JC – Hoje se fala muito sobre Educação à Distância (EAD), não só pelo interesse das crianças e jovens pelos recursos tecnológicos, mas também pela pandemia e a necessidade de distanciamento. Qual sua opinião? Como podemos contrapor Freire à Tecnologia?

ES - A obra de Freire indica o valor atribuído a equipamentos e instrumentos de comunicação. O uso das tecnologias da época (1950/1960) voltados para as relações pedagógicas e para a vivência dos processos de alfabetização de adultos; a criação de uma rádio universitária colocada a serviço da educação e da cultura; o investimento para dotar uma rede de ensino de possibilidades de trabalho a distância (proposta por ele nos anos 1990) são evidências político-pedagógicas. Portanto, não resta a menor dúvida que Paulo Freire hoje faria uso das tecnologias, desde que colocadas a serviço da população no seu conjunto e da natureza humana de humanizar-se. Ele coloca o ser humano e seu contexto no centro das preocupa-

ções político-pedagógicas, seu pensamento educacional subsidia práticas pedagógicas em qualquer área do conhecimento, logo o campo das tecnologias não estaria excluído.

JC – Como surgiu a cátedra Paulo Freire na UFPE?

ES - A Cátedra Paulo Freire da UFPE surgiu como ideia e proposição de um grupo de educadores e educadoras, nas homenagens do Centro de Educação da universidade, no 7º dia da passagem do professor Paulo Freire. Homenagens que estão na base da Cátedra Paulo Freire e do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas. Levamos um tempo discutindo uma e outra. Ela foi criada em 2005 e traduz o reconhecimento da comunidade acadêmica da UFPE à relevante contribuição social, política e pedagógica deste educador à humanidade, e, ao mesmo tempo, é uma homenagem a um professor da Universidade, reconhecido internacionalmente e considerado como *educador do mundo*.

JC – Quantos alunos tem a cátedra hoje? Quais os resultados obtidos?

ES - A Cátedra funciona com um modelo aberto. Abriga participantes de segmentos educacionais, sindicais e do movimento social que, a cada semestre, renovam sua vinculação, a partir da proposição de projetos de estudo, pesquisa ou extensão. Os participantes são vinculados através de inscrição em atividades e eventos promovidos sistematicamente, a exemplo da participação no Grupo de Leitura, Seminário Paulo Freire, Paulo Freire em setembro – Ato Político Pedagógico, Estudos Coletivos, Cursos de Extensão, Aula Aberta e da disciplina curricular Pedagogia Paulo Freire. Em uma palavra, a Cátedra é uma instância consolidada na UFPE, com articulações em níveis regional e nacional através das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Podemos afirmar que ela contribuiu para que haja e se consolide, na UFPE, um *ethos* freireano.

A universidade muda de cor

Próximo de completar dez anos, a Lei de Cotas cumpriu seu papel de incluir pretos e indígenas no ensino superior público, mas perdeu a força com os cortes orçamentários que financiam as bolsas de estudos e auxílios que permitem o público alvo se dedicar à pesquisa

No ano que vem, quando completará dez anos de vigência, a Lei de Cotas (12.711/2012) nas instituições de ensino federal perderá a validade caso não seja renovada pelo Congresso, conforme prevê o artigo 7º do próprio texto. O debate sobre se esse marco legal deve ou não prosseguir já começou desde o primeiro dia de implementação, em 1º de janeiro de 2013, e promete se intensificar com sua apreciação pelo parlamento em 2022.

A Lei de Cotas é uma norma federal que define parâmetros inclusivos, por meio da reserva de vagas, para o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e aos institutos federais de ensino técnico de nível médio vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

Determina, em uma primeira seleção, que 50% das vagas por instituição devem ser reservadas aos alunos que estudaram na rede pública durante toda sua escolarização em nível médio. Em seguida, estabelece um segundo filtro para a reserva de vagas dentro daquele primeiro grupo, voltado para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal per capita é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos no Estado onde se encontra o estabelecimento de ensino.

Os debates sobre a implementação de uma política afirmativa para beneficiar grupos excluídos do ensino superior por questões de renda, raça e etnia vêm desde o fim do século passado. Quando a lei entrou em vigor em 2013, 70 de um total de 96 universidades estaduais e federais já haviam implementado seus próprios programas de ação afirmativa para a graduação, em formatos e parâmetros diferentes,

de acordo com as demandas locais. A primeira universidade a lançar seu programa de cotas foi a estadual da Bahia (Uneb), em 2002. As últimas foram a USP e a Unicamp, em 2018.

Os pesquisadores Adriano Souza Senkevics, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e Ursula Mattioli Mello, da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), desenvolveram uma pesquisa para apoiar o processo de monitoramento e avaliação da Lei de Cotas, por meio da investigação das alterações no perfil socioeconômico e racial dos alunos dos Ifes, entre 2012 e 2016.

Por meio de análise exploratória do perfil dos ingressantes dos cursos presenciais de graduação dos Ifes, eles cruzaram os dados do Censo da Educação Superior (2012-2016) e do Exame Nacional do Ensino Médio (2011-2015). O resultado do estudo apontou que a Lei de Cotas ampliou a inclusão na maioria dos Ifes, particularmente entre os ingressantes provenientes da rede pública e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2019, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2018, apontaram a existência de mais de 50% de estudantes negros nas instituições de ensino superior públicas (universidades e institutos federais).

“Mudou bastante nos últimos anos e isso tem relação com as ações afirmativas e com outras políticas que foram criadas, por exemplo o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e a ampliação do número de universidades por meio do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)”, comentou a pesquisadora Anna Carolina Venturini, autora de um amplo estudo sobre o tema.

Pós-graduação

Na pós-graduação, porém, o processo foi mais lento. Em 2015, apenas três universidades tinham aprovado resoluções sobre ação afirmativa: a Uneb, em 2002, e as federais de Goiás (UFG) e do Piauí (UFPI), ambas em 2015.

Em 2016, outras duas universidades aprovaram a reserva de vagas para cotas na pós, as federais da Paraíba (UFPB) e do Amazonas (Ufam). Em 2017, houve um salto, com 14 instituições aprovando seus programas de inclusão e, no ano passado, a Universidade de Brasília (UnB) e a federal de Santa Catarina (UFSC) finalizaram a aprovação de suas resoluções, com a adesão de todos os cursos.

“Hoje em dia a gente já tem mais de trinta universidades federais que têm resolução determinando que todos os programas de pós devem ter ação afirmativa”, comentou Venturini. Em sua tese de doutorado em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada “O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?”, Venturini analisou os editais de seleção de 2.763 programas de pós-graduação de universidades públicas até janeiro de 2018.

Teto de vidro

Para o economista Elias Sampaio, é nítida mudança de cor dentro da universidade como resultado da Lei de Cotas. “Já tinha algum tempo que eu não ia ao campus da UFBA (Universidade Federal da Bahia), no Pavilhão de Alas da Federação, e para mim foi extremamente revelador que, de fato, a universidade se tornou mais negra. Isso é indiscutível”, comentou. Pesquisador na área de desenvolvimento regional, Sampaio concluiu a pós-graduação em Economia e Administração na UFBA em 2003, bem antes da aprovação da lei.

Na opinião dele, porém, é necessário falar em “ações afirmativas” e não em “reserva de vagas”. “O Brasil é um país extremamente subdesenvolvido e desigual, exatamente pela desigualdade racial, ponto. Se isso é fato, e eu acredito que é, a pergunta que fica é se esse enegrecimento da universidade gerou também maior e melhor qualidade de pesquisa sobre as desigualdades raciais. Esse é o ponto que precisa ser discutido.”

Sampaio chama a atenção para outros aspectos que já estão afetando os próximos passos na elevação do nível educacional dos beneficiários de cotas e mesmo da qualidade de vida destas pessoas.

Primeiro é a questão das bolsas. Cursar a pós-graduação exige bolsa de estudos, o que o atual governo cortou drasticamente. “Você só faz doutorado com bolsa. No mestrado e doutorado acadêmico é praticamente impossível fazer sem bolsa”, disse Sampaio.

Outra questão é o que ele chama de “teto de vidro”, regras não escritas que impedem o avanço do debate, no mundo acadêmico, das questões que afetam as comunidades discriminadas, limitando, assim, o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais. “Se você quiser pesquisar questões raciais na pós-graduação em cursos mais conservadores (como o de Economia), não vai encontrar orientadores”, destaca Sampaio, que defende uma política de cotas para inclusão de professores e professoras negras.

Outra questão, aponta, é sobre os cotistas egressos da graduação e dos pós. “Será que os egressos de fato conseguiram, a partir de maior acesso à universidade, transformar isso num acesso ao mercado de trabalho? Inclusive o mercado acadêmico de pesquisa? Qual o papel dos egressos na consolidação e sustentabilidade das políticas de ação afirmativas? Onde eles estão? Voltaram para a universidade?”, pergunta o economista.

Perspectivas

Para o debate do ano que vem será necessária uma atualização das estatísticas, afirma o sociólogo e professor Joaze Bernardino Costa, da UnB, que atua no campo dos estudos do pós-colonialismo, intelectuais negros e ações afirmativas, com ênfase na questão da condição das populações negras no Brasil.

Segundo Costa, as universidades já estão trabalhando em rede para monitorar e atualizar dados sobre o desempenho dos alunos cotistas. “Acho que se a gente mostrar o que já viu ao longo do tempo, que esse aluno negro que entra na universidade tem um desempenho semelhante ou, em alguns casos, até mesmo superior ao aluno que entrou pelo chamado sistema universal, não existe razão para desmontar o sistema (de cotas), porque ele tem se mostrado bastante eficiente no sentido de mudar a cor da universidade”, afirmou.

As perspectivas de renovação da lei, na visão de Joaze Bernardino Costa, são incertas. Ele acha que apesar da pouca disposição do atual governo e da maioria do Congresso Nacional, não é possível prever o resultado de uma votação em torno da continuidade da Lei de Cotas. “Já existem alguns projetos de lei circulando, propondo uma modificação na política, muitos apontando para um caminho de cotas sociais, que deixariam de ter o critério racial”, analisa o professor da UnB.

No entanto, o cenário político pode mudar. “Minha leitura é que hoje esse governo está enfraquecido, mas a coisa é muito volátil, pode no próximo ano haver uma melhoria da popularidade do governo e essa pegada dele (de discriminação e fim das cotas) ser levada a sério”, opina Costa.

É urgente incluir as desigualdades nos indicadores educacionais

Por **JOSÉ FRANCISCO SOARES**, professor emérito da UFMG



Foto: arquivo pessoal

O Brasil é um país profundamente desigual, inclusive na Educação. O direito à educação se concretiza com a garantia de acesso a uma escola de ensino básico, com a permanência regular e prolongada e, finalmente, com o aprendizado do que é necessário para uma cidadania plena. O artigo 205 da Constituição diz que é dever do Estado garantir estes resultados para todos, para o quê é essencial dar as condições adequadas de funcionamento para as escolas.

Pesquisas acadêmicas, realizadas por vários grupos de universidades brasileiras, inclusive o nosso na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), mostraram resultados discrepantes entre os estudantes de diferentes grupos sociais, e que as condições das escolas que frequentam, também são muito desiguais. A diferença de desempenho no teste do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) entre os estudantes do primeiro quintil de NSE (Nível Socioeconômico) e os do quinto quintil é equivalente a dois anos de escolarização. Os estudantes de NSE mais baixo, embora nominalmente, por exemplo, no 9º ano, têm o conhecimento típico de estudantes de 7º ano. Outra evidência da desigualdade é dada pela porcentagem de estudantes com trajetórias escolares regulares. Em um estudo recente mostramos que essa porcentagem é 20 pontos maior nos estudantes que se autodeclararam brancos do que entre os que se autodeclararam pretos. As exclusões e desigualdades são ainda mais contundentes quando se olha

cada estudante não por uma, mas por várias de suas características sociais.

Ou seja, as políticas públicas para a educação brasileira precisam ser desenhadas considerando, concomitantemente, duas dimensões estruturais: o nível dos indicadores de permanência e aprendizado, e as desigualdades destes indicadores entre diferentes grupos sociais. Paradoxalmente, as desigualdades são ignoradas, no planejamento educacional, feito sob forte influência do Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação. Este indicador não permite a explicitação completa das desigualdades, já que não há como calcular, com os dados divulgados, o seu valor para os diferentes grupos sociais. É possível, entretanto, calcular o Ideb para cada escola de uma rede, e comparar seu valor entre escolas de NSE parecidos, exercício que mostra grandes desigualdades entre essas instituições. Em muitos municípios, há uma clara segmentação socioeconômica entre as escolas que se reflete nos seus respectivos Idebs.

Para superar as desigualdades é preciso, inicialmente, trazê-las explicitamente para o debate, o que exige incluí-las nas sínteses da situação educacional. Diante disso, é importante que o debate educacional brasileiro defina novos indicadores para monitorar a qualidade da educação que incluam, além do nível do aprendizado já utilizado atualmente, as desigualdades entre os estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais.

Essa é uma pauta urgente, tendo em vista que, para alocar parte dos recursos do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), serão usados indicadores de “eficiência” dos sistemas de ensino dos estados e municípios. Se, para isso for usado apenas o atual Ideb - que contabiliza apenas parte das variáveis identificadas como relevantes - as exclusões e desigualdades comentadas acima ganharão incentivo financeiro para permanecerem camuflando um problema que já existe e não é abordado, em nome desta “eficiência”. Por um lado, é alentador que a lei do novo Fundeb exija a inclusão das desigualdades no novo indicador, possibilitando que, nos próximos anos, a educação brasileira passe a ser monitorada de forma mais adequada. Por outro lado, qualificar e garantir quais as desigualdades que serão consideradas explicitamente pelo novo indicador, é tarefa prioritária e ainda em construção.

A consideração explícita das desigualdades nos indicadores e a redefinição do conceito de “sucesso educacional” nos estados e municípios é um passo importante, necessário e urgente. No entanto, isso não basta. É preciso implementar iniciativas econômicas, sociais e éticas. Na realidade, o Brasil precisa mudar a parte de sua cultura que naturalizou desigualdades e exclusões. E isso é uma tarefa muito difícil, mas possível.





Um espaço de transformação

Arquitetos e professores discutem como adaptar o ambiente escolar às exigências de um mundo pandêmico. Mas, além do local, o projeto pedagógico também exige mudanças

Projeto do MÓDULO INTERATIVO BRINCANTE, desenvolvido pelas estudantes Camille Leite Lordelo, Fabiola Freitas Rocha, Flora Menezes Tavares, Julia Cruz Gaspari Veras, alunas da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

Além do custo em vidas, a educação também foi fortemente afetada pela pandemia. O coronavírus primeiro obrigou a suspensão das aulas, o que causou danos difíceis de ser calculados ao aprendizado e ao processo de socialização das crianças e jovens. Ao mesmo tempo, forçou a disseminação do ensino remoto, cuja adaptação, tanto dos professores quanto dos alunos e das famílias, foi um processo complicado, para dizer o mínimo. Em muitos casos foi traumático, em outros foi impossível pela falta do que hoje já deveria ser um serviço público básico disseminado para toda a população: conexão à internet.

Já no fim de 2020, pressionados por pais e donos de escolas privadas, os governos autorizaram a volta às aulas presenciais. A vacinação seria a condição *sine qua non* para um retorno seguro, mas a distribuição de vacinas ainda está longe de atingir a maioria das populações em vários países, especialmente no Brasil. Sem a vacina, as escolas estão buscando adaptar o espaço para evitar a disseminação da doença, com o distanciamento social, higienização e uso de máscaras.

Para o arquiteto Sergio Kopinski Ekerman, diretor da Faculdade de Arquitetura da

Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), o que tem sido feito, no entanto, está muito aquém do necessário. “A preparação que as escolas fizeram agora para um retorno híbrido, em geral é aquela coisa de colar adesivo no chão para orientar as filas, carteiras um pouco mais separadas, pregar uma tela na parede, mas essas adaptações são muito precárias e acabam por tornar a escola em um espaço disfuncional.”

Nivaldo Vieira Andrade Junior, arquiteto e também professor da FAUFBA aponta o paradoxo gerado com a pandemia entre o presencial e o virtual. Com as plataformas de comunicação e reuniões (como Zoom, Google Meet e outras), a interação entre professores e alunos foi facilitada. “Houve dias em que eu fiz uma palestra na Itália, participei de uma banca em São Paulo e dei uma aula em Salvador. Na mesma tarde, sentado na mesma cadeira, dentro da minha casa. Então, o espaço é menor, mas ao mesmo tempo eu tenho o mundo inteiro ao meu alcance”, descreveu.

Por outro lado, a escola é mais que um espaço de educação e formação no sentido tradicional, ponderou, citando o educador Anísio Teixeira (1900-1971). É um espaço de formação humanista, de socialização,

em que o sujeito aprende a ser cidadão. “A gente não consegue fazer nada disso trancado em casa só com interação digital, precisamos da interação direta, do abraço, da proximidade, da interação com o outro”, afirmou Andrade Jr.

A discussão sobre o espaço escolar é antiga, surgiu muito antes da pandemia, ressalta Nelson Pretto, professor titular da Faculdade de Educação da UFBA. “Esse é um debate nosso há muitos anos, porque escola não é um amontoado de sala de aula. Não era no passado, não é no presente e não será no futuro”, afirmou Pretto. Ele lembra que há décadas os professores pedem redução do número de alunos nas classes e maior conforto ambiental – iluminação natural, ventilação adequada ao clima, acústica. “Se a acústica das edificações já era ruim, imagina agora, com máscara, nestas salas em meio ao barulho, com reverberação, vai ser uma loucura para a saúde do professor.”

“A pandemia, assim como as questões tecnológicas que decorrem dela, e que para o futuro serão bastante significativas, exigem de fato uma readaptação do espaço escolar”, reforça Ekerman. No ano passado, o diretor da FAUFBA conduziu

ESCOLA PÓS-COVID

um workshop online para evidenciar estudos e projetos que já estavam sendo feitos sobre o ambiente escolar. A foto no início da matéria é de um dos estudos apresentados pelos alunos dele, o módulo itinerante, que tem esse nome porque pode ser instalado em diversos espaços da cidade, parques e praças.

O projeto prevê espaços abertos, ventilados que permitiriam às crianças vivenciar, junto com os professores, uma série de experiências educacionais diferentes das salas de aulas, que permitissem tanto manter as condições sanitárias como também reestruturar os aspectos conceituais. “É como se fosse uma ‘escola de campanha’ (referência a hospitais de campanha), mas não é só para uma emergência, pode ser também para um momento futuro”, define.

Mudar a chave

Experiências educacionais fora da escola é o que o professor Eduardo Fleury Mortimer afirma ter buscado durante toda sua carreira no ensino de ciências, enfrentando diversos obstáculos, entre eles os próprios professores das demais disciplinas. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), hoje aposentado, Mortimer vê no momento pandêmico mais do que a necessidade de ventilação e distanciamento. Para ele, é uma oportu-

nidade de tirar os alunos do ambiente fechado das salas de aula em direção aos espaços públicos, que seria o ideal para o ensino de questões ligadas à ciência e ao meio ambiente, por exemplo.

“Se você pensar nas águas urbanas, você teria que fazer coleta de água, analisar aquela água, você pode dar uma aula ao ar livre para investigar os problemas (relacionados à destinação) do lixo”, idealiza Mortimer, que também é coordenador do Grupo de Trabalho sobre Educação Básica da SBPC.

Será necessário buscar alternativas para a escola tradicional que aloca 40, 50 alunos em grandes estruturas, salas fechadas com ar condicionado e um professor falando o tempo todo lá na frente, opina Mortimer. “Essa escola não cabe em um projeto sanitário”, sentenciou.

É o que pensa também a professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Patrícia Samora. Para ela, a escola tem que ser pensada dentro de um contexto urbanístico saudável do ponto de vista arquitetônico e ambiental, e um empreendimento comunitário do ponto de vista político-pedagógico. “É sobre construir comunidades mais saudáveis, não escolas mais saudáveis”, explicou.

Prédios gigantes, envidraçados, adotados pelas principais escolas em São Paulo,



O projeto do MÓDULO INTERATIVO BRINCANTE em outro ângulo

para ela não têm mais espaço no mundo das pandemias. Tem que estar próxima – em termos de distância física – da comunidade, das famílias, a ponto de que uma criança pequena possa chegar caminhando em segurança, que os funcionários possam chegar sem ter que cumprir longuíssimos deslocamentos em automóvel particular ou em transportes públicos lotados, a exemplo do que acontece em países desenvolvidos como Japão e Alemanha.

“O percurso casa-escola tem que ser sempre possível de ser feito com transporte público”, diz Samora, lembrando que a questão envolve urbanismo, pensar as cidades tendo em vista que essa não é a primeira pandemia, não será a última e as próximas acontecerão com cada vez mais frequência, segundo estudos científicos sobre mudanças climáticas e degradação ambiental. “Não é viável, mesmo sem pandemia, que a gente pense em deslocamentos grandes em automóveis individuais, porque então vamos ter outros problemas, que são aqueles que geram as pandemias”, afirmou.

Tecnologia e a importância da assistência dos pais

O professor Marcos Cruz, de 29 anos, dá aulas de matemática no Centro de Ensino Fundamental 04, em Brasília (DF). Ele tem três turmas em um total de 75 alunos, dos quais quatro têm necessidades especiais que vão de surdez a autismo.

Quando as escolas foram fechadas em março de 2020, ele ficou preocupado principalmente com essas quatro crianças. “O principal benefício da inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares é a socialização, e no remoto ela é muito limitada”, afirmou.

Cruz defende o uso de tecnologia e Ensino à Distância (EAD) a partir do ensino médio, mas tem restrições ao uso no fundamental. Porém, a covid-19 não deixou alternativa e ele utilizou todas as ferramentas de que dispunha pela escola com

o objetivo de manter os alunos engajados e evitar a evasão ao máximo possível.

“Os professores aprenderam muito, tiveram que reinventar o modo de trabalhar com salas virtuais em plataformas, uso de Whatsapp como ferramenta de comunicação e de jogos”, relatou. Para as crianças, segundo ele, a chave foi a assistência dos pais e responsáveis. “As que não eram assistidas por um adulto, não tinham pais presentes, tiveram dificuldades de aprendizagem e aí a escola fez mais falta.”

Hoje ele acredita que os resultados foram bastante satisfatórios, tendo em vista o cenário tão complicado criado pela pandemia. Mesmo seu aluno mais atrasado, que sofre de autismo, com apoio dos pais e via tecnologia, conseguiu avançar mais do que se esperava dele.

Gilberto Lacerda Santos, professor titular da Faculdade de Educação da UnB, atesta que as tecnologias educativas vêm avançando e evoluindo desde o início dos anos 80. “No entanto, por uma série de razões, epistemológicas ou econômicas, ou estruturais ou de políticas públicas, as tecnologias sempre estiveram à margem dos sistemas escolares”, disse. Agora que, devido à emergência da pandemia, elas se tornaram praticamente obrigatórias, há uma certa resistência dos professores. Para Santos, há uma lacuna que precisa ser preenchida na formação dos professores para que desenvolvam a educação em consonância com a tecnologia. “A grande maioria das faculdades de educação não tem nenhuma disciplina ou formação para o uso de tecnologias na educação, e isso tem que mudar”, reiterou.

Mais um ano de ENFRENTAMENTO

Além dos cortes que a área tem sofrido anualmente, especialistas afirmam que as instituições científicas e acadêmicas deverão sofrer novos ataques impostos por políticas conservadoras e excludentes

VIVIAN COSTA

A frase de Darcy Ribeiro – “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto” – reflete o sentimento de especialistas e instituições ligadas à área quando analisam medidas tomadas pelo governo federal até aqui e as perspectivas para 2021. Por isso, para eles, o ano será de enfrentamento de obstáculos e retrocessos diante dos cortes orçamentários e da imposição de políticas conservadoras e excludentes. Para piorar a situação, a pandemia, que já causou um prejuízo incalculável à educação no Brasil, principalmente a básica, não dá tréguas.

Começando pelo orçamento. A previsão para o Ministério da Educação, que consta do Projeto de Lei Orçamentária 2021 (PLOA), é de R\$ 144,538 bilhões, comparado a R\$ 142,8 bilhões de 2020. Mas, segundo a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), a dimensão dos cortes fica clara quando analisadas as propostas de receitas discricionárias. Também chamadas de custeio e investimento, estas são as despesas que o governo pode ou não executar, de acordo com a previsão de receitas. O valor para 2021 das despesas discricionárias, de R\$ 19,955 bilhões, é 8,61% menor que os R\$ 21,837 bilhões da PLOA de 2020. Em 2014 era de R\$ 42,9 bilhões.

De acordo com o manual para recuperar recursos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), divulgado pela SBPC no começo de março, os orçamentos para as despesas discricionárias das universidades e dos institutos federais foram reduzidos em 17,5% e 16,5%, respectivamente, em comparação com a Lei Orçamentária de 2020.

Segundo análise da Execução Orçamentária do MEC, produzida pela ONG Todos pela Educação, com base no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a Pasta dispôs de um orçamento de R\$ 48,2 bilhões para a educação básica em 2020, dos R\$ 144,5 bilhões. O valor é 10,2% menor do que em 2019 e o mais baixo desde 2010. O montante pago efetivamente foi ainda menor, de R\$ 32,5 bilhões, em plena pandemia do coronavírus que impôs desafios históricos às escolas, pais, alunos e professores.

Aos cortes orçamentários se somam os ataques de cunho ideológico. Primeiro, a publicação do Edital da Capes “Famílias e Políticas Públicas no Brasil”, em 7 de janeiro (leia mais no quadro

da página 16). Segundo, a tentativa de extinção da exigência de gastos obrigatórios com saúde e educação pelo governo via Proposta de Emenda Constitucional 186/2020, batizada de PEC Emergencial. A Constituição diz que estados são obrigados a destinar 25% da receita com impostos à educação. O mesmo percentual vale para os municípios.

A União também tem o dever constitucional de investir pelo menos 18% em educação. Com os cortes promovidos pelo governo, os recursos destas áreas no orçamento federal estão bem próximos do piso. A PEC Emergencial permitiria também a desvinculação do novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), causando grande prejuízo para o ensino básico.

No caso da PEC, após uma grande mobilização, o texto do Projeto foi mudado e o relator tirou os pontos que colocariam fim aos pisos constitucionais para investimentos em educação.

“O que se constata na atual gestão do MEC é uma grave ausência de coordenação nacional, de liderança e de gestão”, afirma a segunda edição do relatório anual de acompanhamento ‘Educação Já!’, produzido também pela Todos pela Educação. O estudo faz um balanço de 2020 e traz as perspectivas para 2021 sobre o andamento das políticas públicas educacionais.

“Além do desfinanciamento, o MEC tem praticado uma política de privatização”, aponta Geovana Mendonça Lunardi Mendes, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). “Estamos diante de um governo que tem praticado uma necropolítica, ou seja, uma gestão de morte e de ataque ao sistema público-educação, saúde e assistência social”, critica.

Nesse cenário de caos há pouca notícia boa. Uma delas, frisa Mendes, foi a vitória da aprovação do Fundeb em dezembro, quando a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4372/20, que regulamenta o repasse da União para redes de ensino com menos recursos. “Mas, nem bem comemoramos, ele já foi atacado com a ameaça da PEC Emergencial, sem falar na falta de orçamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)”, pondera.

Para a presidente da Anped, trata-se de uma “articulação para desmontar o sistema de educação”. Mendes alerta ainda para a pauta conservadora e moralista que não se resume ao ‘Edital da Família’, mas abrange também o programa Tempo de Aprender (que tem o objetivo de enfrentar as deficiências de alfabetização), o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e as escolas cívico-militares. “Muitos dizem que o MEC está inoperante, mas ele está agindo e infelizmente com programas específicos para implementar essa política conservadora”, lamenta.

Mendes também chama a atenção para a militarização nas instituições, por meio de nomeações de pessoas oriundas dos quartéis com pouco preparo técnico e profissional para cargos chave em órgãos como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além de toda problemática que assola a gestão educacional, a área foi uma das mais atingidas pela a pandemia do novo coronavírus, que afetou ainda mais o acesso à educação, escancarando a desigualdade social no País. “E a educação básica, que sempre foi um setor extremamente complicado e problemático, piorou com a pandemia. Acredito que o MEC poderia ter atuado de uma maneira específica para adaptação de infraestrutura escolar para minimizar as desigualdades e oferecer novas maneiras de aprendizagem, entre eles, acesso remoto”, afirma a antropóloga Miriam Pillar Grossi, professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para Grossi, um dos problemas a serem enfrentados é o abandono escolar em todos os níveis provocado pela pandemia. “Na graduação, por exemplo, temos muitos alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda, graças a Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas para estudantes de escolas públicas e também garante reservas étnico-raciais”, explica. “E muitos estão desistindo por diversos motivos, além da perda de renda, estão tendo de cuidar de parentes doentes”, lamenta Grossi, que também é coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (Nigs) da UFSC. Para ela, é preciso união de todos os setores da sociedade para minimizar os impactos negativos da crise sanitária sobre a educação.

EDUCAÇÃO

“Tenho certeza de que 2021 vai ser um ano de muito mais luta. Antes da pandemia lutávamos por mais recursos, mais bolsas, mas, infelizmente, com a crise provocada pelo novo coronavírus e com os ataques feitos pelo governo, precisaremos lutar para mostrar o quanto a educação e a ciência são fundamentais para a saúde e a economia”, afirma Grossi.

Luiz Antônio Cunha, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concorda que o governo atual pratica uma política conservadora “para reduzir a uma frenagem de secularização da cultura” e que, por isso, todos precisarão lutar para conter novos ataques. “Ele (o governo) tem essa proposta clara de desenvolver essa ideologia e conta com uma ‘super’ ministra encarregada de implementar e supervisionar tudo, que é a Damares Alves”, afirma. “Tanto que ela conseguiu que o governo publicasse o Decreto nº 10.570, em 9 de dezembro de 2020, que criou a ‘Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares’. O Decreto a que ele se refere também instituiu o ‘Comitê Interministerial da Estratégia

Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares’, cuja secretaria executiva será exercida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

“O cenário não é dos melhores e as perspectivas também não, mas não deixaremos de lutar. E para enfrentar essa desigualdade social que assola o País, teremos de pensar em políticas de enfrentamento na articulação entre saúde, educação e assistência social”, conclui a presidente da Anped.

Edital 02/2021: uma afronta à pesquisa e à família

O Edital 02/2021 “Pesquisas em Família e Políticas no Brasil”, lançado pela Capes no dia 7 de janeiro, a partir de um convênio com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), causou mal-estar na comunidade acadêmica. Diversas instituições se manifestaram, dentre elas a SBPC, por meio de seu Grupo de Trabalho (GT), que classificou o edital como uma política excludente e conservadora.

Segundo o documento divulgado pelo GT da SBPC, “Edital “Pesquisas em Família e Políticas no Brasil” e os direcionamentos da ministra Damares Alves”, embora a Chamada, em um primeiro olhar, não deixe claros os vínculos com a política que a ministra Damares Alves vem implantando no MMFDH, “as falas prolapadas por ela em transmissões online sobre o edital deixaram evidente a intenção de impor ali uma linha excludente e conservadora, que descaracteriza e ignora a diversidade em termos de arranjos familiares.”

O GT aponta que a ideologia é corroborada por uma transmissão online de uma conversa da ministra com a deputada Bia Kicis (PSL-DF), na qual a ministra fala sobre o Edital 02/2021, situando-o, em diversos momentos, como a “realização de um sonho”, uma obra coletiva iniciada por ela, pela própria Bia Kicis e pelo advogado Miguel Nagib, fundador do movimento Escola sem Partido, no início da década passada.

“A impressão é que ele (o edital) já nasce carimbado e direcionado para determinados grupos e universidades conservadores”, comenta Miriam Grossi, coordenadora do Nigs da UFSC. Grossi destaca que o Brasil conta com mais de 2500 Núcleos de Pesquisa que analisam questões mais atuais e comprometidas com a realidade social no campo de famílias, relações de gênero e sexualidades, aspectos ignorados pelo edital. Ela também chama a atenção para a total inobservância de parâmetros legais assim como

de definições nacionais e internacionais no que se refere à proteção das famílias, alinhados aos direitos humanos e à promoção e respeito à diversidade. “O Brasil é reconhecido pelos estudos qualificados sobre estes temas, tanto que nossas revistas são procuradas por pesquisadores latino-americanos”, explica.

Para a coordenadora do Nigs da UFSC, o edital assume de forma acrítica e naturalizada que a família é sempre uma instituição que oferece segurança, acolhimento e proteção a abusos. “Sabemos que em consonância com uma série de estudos nacionais e internacionais, as famílias podem perpetuar opressões patriarcais, práticas abusivas e violentas e violações de direitos humanos. A maioria dos casos de violência sexual contra crianças acontece dentro de casa, e o agressor é conhecido ou alguém da família”, observa.

“Elegar a família como objeto de estudo científico é recusar visões normativas sobre o que ela deveria ser e, em vez disso, levar a sério todas as suas características e diversidade concretas”, afirma a Rede Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais (RedeGen) em nota oficial.

A RedeGen também concorda que o edital representa um retrocesso em relação às conquistas de pesquisas e políticas públicas que se debruçaram sobre as famílias brasileiras. “Para as Ciências Sociais, o bem-estar das famílias é inseparável das políticas de saúde, renda, trabalho, de combate à pobreza, de erradicação de violência etc. Quanto mais fortalecidas são essas políticas, melhores as condições de vida das famílias e dos indivíduos que as compõem. As chamadas “políticas familiares” do MMFDH são concebidas como inteiramente separadas dessas outras políticas e, por isso, não trarão bem-estar às famílias”, ressalta em nota.

Para o professor Luiz Antônio Cunha (UFRJ), o “Edital da Família” está alinhado com o De-

creto nº 10.570 que faz referência a um modelo familiar no “singular”, que pressupõe a existência de uma família única e universal (heteronormativa, moldada na doutrina cristã), visão amplamente defendida pelo governo. Além de ir contrário à perspectiva ampliada de “família”, que abrange as diferentes configurações familiares existentes, previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e reconhecidas por outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Para gerir este Edital, a Capes criou um Comitê novo que irá decidir sobre os projetos visando ao estudo especialmente da questão da família. E isso é grave. É uma espécie de drible que se deu nos há muito empregados da agência”, afirma. Para ele, toda essa manobra pode servir de atalho para inserir a ideologia conservadora dos projetos de lei que visavam uma “Escola sem Partido”, que encontraram uma forte resistência, inclusive no Poder Judiciário, no ano passado.

O edital também foi repudiado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que, em nota oficial, afirmou que a Chamada é “mais uma peça conservadora e ultra neoliberal do Governo Federal e tem como objetivo patrulhar, coagir e censurar as/os pesquisadoras/es, inviabilizando o pluralismo indispensável à produção de conhecimento”. Em seu manifesto sobre o edital, os GTs de “Psicologia, Política e Sexualidades” e de “Psicologia e Estudos de Gênero” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), afirmam que, ao adotar um “viés ultraconservador” e, tendo como primeiro critério de avaliação, a “Relevância e aderência do projeto de pesquisa aos objetivos e aos eixos estabelecidos para cada área temática do edital”, fica explícito quais temas que devem ser contemplados e executados, cerceando a pesquisa científica que diz pretender promover.

A batalha pelo resgate dos recursos da ciência

A derrubada do veto à lei que libera recursos do FNDCT em março foi mais uma vitória da SBPC que tem lutado pelo financiamento da pesquisa científica no Brasil

Por acordo entre as lideranças, no dia 18 de março o Congresso Nacional derrubou parcialmente os vetos do presidente da República à lei que libera recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento à Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) do País.

A votação era sobre um pacote de vetos a projetos de lei aprovados anteriormente, entre eles o PLP 135/2020, que originou a Lei Complementar 177/2021 que impedia bloqueios ao FNDCT. O Senado foi unânime com 72 votos favoráveis à derrubada do veto, nenhum contra. Na Câmara foram 457 votos a favor, 18 contrários.

“É uma vitória importantíssima que dá um alento grande para todos nós”, comemorou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira. Ele creditou a derrubada dos vetos a um trabalho intenso, de anos e anos, para resguardar o FNDCT, transformá-lo em fundo financeiro e acabar com a reserva de contingência.

A SBPC tem estado na linha de frente da luta pela recuperação dos recursos que pertencem à CT&I e que o governo insiste em cortar ou bloquear para outras destinações. Na visão de Moreira, entretanto, a reversão dos vetos foi “fruto de união e trabalho conjunto”, o que significa a necessidade de mais atuação, presença aos debates e às ações e principalmente, no acompanhamento da liberação dos recursos de acordo com as prioridades do CNPq e da Finep.

“Isso demonstra que quando os setores atuam em conjunto, a gente tem muito mais força: a nossa comunidade universitária, a comunidade científica, os sindicatos de trabalhadores de várias áreas, setores empresariais progressistas, temos que estar cada vez mais unidos”, declarou.

Covid-19 e vacina

Para o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, a liberação dos recursos do fundo será fundamental para acelerar o desenvolvimento da vacina brasileira contra a covid-19. “O FNDCT pode fornecer recursos para essas vacinas brasileiras, e isso é muito importante para a saúde da população”, declarou.

Segundo Davidovich, só para o combate à covid-19 são necessárias verbas para diversos editais de fomento a pesquisas na área, além de resolver dívidas pendentes do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas Tecnológicas) com programas aprovados no passado e não desembolsados, de forma a possibilitar a abertura de novos programas. Ele ressaltou as pesquisas de sequenciamento genômico, que buscam identificar e encontrar vacinas contra as novas cepas do coronavírus que estão surgindo no País.

“Devido ao descuido com a pandemia pelo Executivo, o Brasil não está produzindo vacinas, mas está produzindo vírus, novas cepas”, disse Davidovich. “O sequenciamento é importante para identificar essas novas cepas e o País tem pesquisadores que são autoridades nesse processo, porém é necessário intensificar as pesquisas e isso custa dinheiro”, completou.

Celso Pansera, coordenador executivo da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), explicou que o próximo passo é a elaboração de um plano para investimento dos recursos pelo Comitê Gestor do FNDCT. Este grupo, no entanto, está paralisado e as entidades ligadas à ICTP.br têm pressionando o governo para nomear os novos membros e convocar o conselho. “O próximo passo é reativar o conselho e executar as decisões e isso depende da boa vontade do governo de cumprir a lei”, disse Pansera.

Desafios e retrocessos

A recuperação das verbas orçamentárias para financiamento da CT&I e o combate ao negacionismo são hoje os principais desafios da comunidade científica brasileira, na visão de docentes que participaram do debate “Ciência brasileira: conquistas e desafios”.

O evento online, promovido pela regional gaúcha da SBPC, teve a mediação da professora da Universidade Federal do estado (UFRGS) e secretária regional da SBPC-RS, Angela Wyse. Participaram a professora da Universidade de Brasília (UnB) e vice-presidente da SBPC, Fernanda Sobral; Carlos Alexandre Netto, da UFRGS e conselheiro da SBPC; e Claudia Linhares Sales, diretora da SBPC e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na visão de Fernanda Sobral, as restrições orçamentárias são uma forma de desvalorização da ciência. “O atual governo desprestigia a ciência com a hegemonia de uma visão econômica restrita”, afirmou.

Carlos Alexandre Netto lembrou que os cientistas brasileiros foram pioneiros em fazer, através de estudos epidemiológicos, o mapeamento da disseminação territorial e social do coronavírus, com a pesquisa Epicovid, coordenada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que acabou interrompida por falta de verbas do governo por motivos políticos.

“Também fomos um dos primeiros países que fez os testes clínicos sobre a eficácia da cloroquina, aqui no Amazonas, demonstrando claramente que não havia eficácia nenhuma. E um estudo muito recente, que foi aceito para publicação no Lancet, demonstrou que uso da máscara reduz 85% a chance de contaminação pelo Sars-Cov2 e que o distanciamento social pode diminuir em até 75% os casos de covid-19”, acrescentou Netto.

Claudia Linhares comentou que o desfinanciamento da ciência brasileira se agravou com a aprovação da lei que criou o Teto de Gastos (EC-95/2016), congelando o orçamento de áreas estratégicas para o País (saúde, educação, políticas sociais, segurança) aos preços de 2016. “Isso fez com que desde 2016 os investimentos na nossa área venham sofrendo ano a ano uma queda tão brusca que os números de hoje são (iguais) aos do início do ano 2000.”

Os professores falaram também sobre o negacionismo e os movimentos anti-vacina que também prejudicam o desenvolvimento científico brasileiro, embora não sejam exclusivos do Brasil. “O negacionismo científico antes não existia ou podia ser ignorado; o movimento anti-vacina, coisas como a terra plana, a pauta de costumes que se instalou no Brasil gera esse tipo de retrocesso no saber, na formação científica”, disse Linhares.



MENINAS NA CIÊNCIA

Meninas na Ciência:

um passo fundamental para a redução das desigualdades

Em 11 de Fevereiro – Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência –, a SBPC entregou o 2º Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” a jovens estudantes do Ensino Médio e da Graduação



ANA CAROLINA BOTELHO LUCENA

ESCRavidÃO NO SÉCULO XIX

Aos 17 anos, ANA CAROLINA, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), recebeu menção honrosa pelo projeto de pesquisa “A morte como testemunho da vida: família e escravidão nos testamentos do Centro de Memória da Amazônia (Belém, Pará, c.1800-1850)”

As estudantes Juliana Davoglio Estradioto e Raquel Soares Bandeira foram as vencedoras do 2º Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher de 2021. Formada no curso técnico em Administração do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Estradioto foi a campeã no nível de Ensino Médio pelo desenvolvimento de uma membrana biodegradável a partir da casca de noz macadâmia. Bandeira, que é estudante de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), venceu pela Graduação, com um trabalho sobre “Eficácia terapêutica de uma naftoquinona contra a leishmaniose”.

Além delas, quatro estudantes receberam menções honrosas. Na categoria Ensino Médio, Ana Carolina Botelho Lucena, aluna do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo trabalho sobre “A morte como testemunho da vida: família e escravidão nos testamentos do Centro de Memória da Amazônia”; e Nallanda Victoria dos Santos Martins, estudante do Colégio Estadual Doutor Antônio Garcia Filho, em Umbaúba (SE), pelo trabalho “Casa de farinha: da mandioca ao bioplástico”.

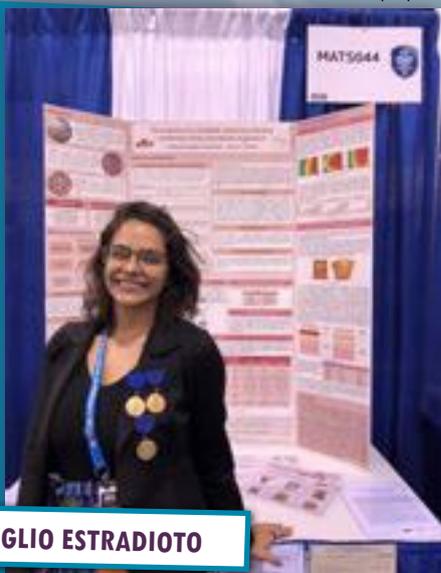
Pela Graduação, Julia Bondar, estudante de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ganhou com o trabalho sobre depressão em adolescentes; e Nayara Stefanie Mandarino Silva, graduada em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o trabalho sobre “Marquês de Pombal e a Instrução Pública”.

Criado em 2019, o Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” é uma homenagem da SBPC às cientistas brasileiras destacadas e às futuras cientistas de notório talento, que leva o nome de sua primeira presidente mulher, Carolina Martuscelli Bori.

A SBPC – que já teve três mulheres presidentes e hoje a maioria da diretoria é feminina – criou essa premiação por acreditar que homenagear as cientistas brasileiras e incentivar as meninas a se interessarem por este universo é uma ação marcante de sua trajetória histórica, na qual

USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

Aos 20 anos, JULIANA foi a vencedora no nível de Ensino Médio da 2ª edição. Engajada com o uso sustentável de recursos, ela desenvolveu uma membrana biodegradável a partir da casca de noz macadâmia, como alternativa para o uso de plásticos na agricultura e também na medicina e saúde, por exemplo, em peles artificiais



JULIANA DAVOGLIO ESTRADIOTO

Foto: arquivo pessoal

COMBATE À LEISHMANIOSE

Estudante do nono período do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), RAQUEL foi a vencedora no nível Graduação. Aos 23 anos, ela se destacou pelo trabalho “Eficácia terapêutica de uma naftoquinona incorporada em micelas contra a leishmaniose tegumentar em camundongos”



RAQUEL SOARES BANDEIRA

Foto: arquivo pessoal

MENINAS NA CIÊNCIA

tantas mulheres foram protagonistas do trabalho e de anos de lutas e sucesso da maior sociedade científica do País e da América do Sul.

A premiação acontece anualmente, alternando duas categorias – “Mulheres Cientistas” e “Meninas na Ciência” – e conta com o apoio da L’Oréal Brasil. No concurso de 2021, foram inscritas 286 candidatas de 116 instituições, oriundas de 18 estados e 70 municípios de todas as regiões do País. Do total de inscritas, 90 eram do Ensino Médio e 195 de Graduação. As candidatas desenvolveram trabalhos científicos nas áreas de Agrárias (17), Biológicas (27), da Saúde (80), Ciências Exatas e da Terra (81), Humanas (23), Ciências Sociais e Aplicadas (20), Engenharias (28) e Linguística, Letras e Artes (10).

Após o processo de nomeação, uma comissão julgadora, constituída por sete membros da comunidade científica de diferentes áreas de conhecimento, analisou toda a documentação referente às estudantes e chegou a sete finalistas da Graduação e sete do Ensino Médio. Depois, em uma segunda rodada de avaliações, a comissão escolheu as premiadas em cada nível e as quatro menções honrosas.

“Em tempos tão difíceis como os que estamos vivendo, é uma esperança muito grande apresentar, parabenizar e premiar essas meninas”, afirmou o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, durante a cerimônia de premiação realizada no dia 11 de fevereiro em modo virtual, devido à necessidade de distanciamento social por causa da pandemia do coronavírus. A data marca o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, instituído pela Unesco.

A vice-presidente da SBPC, Fernanda Sobral, destacou a grande diversidade dos trabalhos desenvolvidos e da origem das candidatas de instituições públicas e privadas. “Isso mostra que as meninas na ciência estão presentes em todos os campos do conhecimento, em vários tipos de instituições e em diferentes regiões, o que me deixou muito contente”, disse.

Sobral ressaltou ainda o grande número de inscritas. “A quantidade mostra a mobilização das meninas em torno da ciência e, pela qualidade dos trabalhos, podemos vislumbrar trajetórias brilhantes neste setor”, comemora. Para ela, a ciência deve ser incentivada entre meninas desde a educação básica.

As jovens cientistas agraciadas com o 2º Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” aproveitaram a oportunidade da cerimônia e se juntaram ao apelo da comunidade científica e acadêmica por mais recursos e melhores políticas públicas na educação, na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

“Precisamos de investimento público em educação”, exaltou a vencedora do Prêmio na categoria Ensino Médio, Juliana Davoglio Estradioto. “Esse prêmio é muito importante para dar visibilidade ao nosso trabalho nesse momento tão difícil para fazer pesquisa no Brasil”, afirmou Julia Bondar. “O colégio público é capaz”, frisou Nallanda Victoria dos Santos Martins.

Foto: arquivo pessoal



NALLANDA VICTORIA DOS SANTOS MARTINS

DA MANDIOCA AO BIOPLÁSTICO

Aluna do Colégio Estadual Doutor Antônio Garcia Filho, da cidade de Umbaúba, município no sul de Sergipe, NALLANDA recebeu menção honrosa pelo seu trabalho “Casa de farinha: da mandioca ao bioplástico”

Foto: arquivo pessoal

PERÍODO POMBALINO

Graduada em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), NAYARA recebeu menção honrosa pelo seu estudo “O Marquês de Pombal e a Instrução Pública”, no nível Graduação



NAYARA STEFANIE MANDARINO SILVA

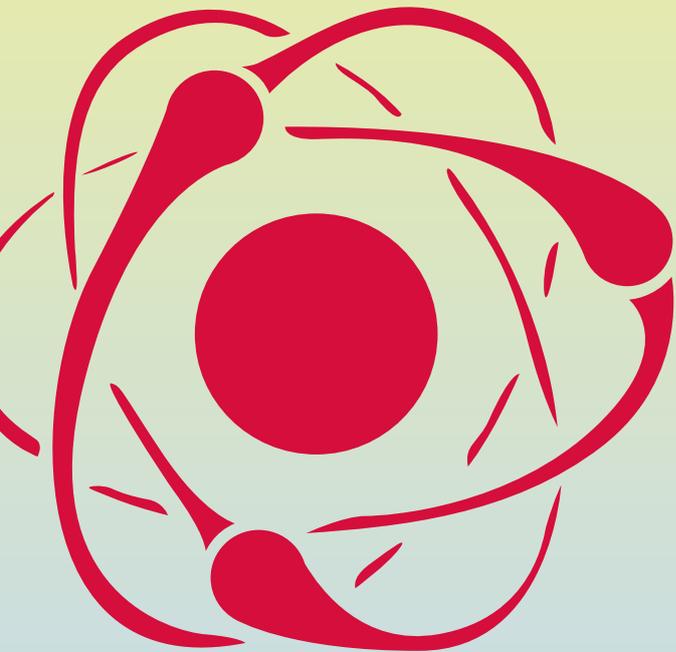
Foto: arquivo pessoal



JULIA BONDAR

DEPRESSÃO ENTRE ADOLESCENTES

Aos 24 anos, JULIA, que se formou em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em dezembro passado, se destacou pelo trabalho intitulado “Medicina personalizada para o tratamento do transtorno depressivo maior entre adolescentes: uma reanálise dos resultados do Treatment for Adolescents with Depression Study”



CONTRIBUA PARA O PROGRESSO DA
CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO DO BRASIL!

FIQUE SÓCIO DA SBPC

FAÇA PARTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA
O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) E JUNTE-SE
A MILHARES DE CIENTISTAS, ESTUDANTES,
PESQUISADORES E PROFESSORES QUE BUSCAM
REPRESENTATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.



DESCONTOS
Associados ativos têm direito a
desconto nas inscrições das Reuniões
Anuais e Regionais da SBPC



REPRESENTATIVIDADE
Desde 1948, a SBPC luta pela
melhoria do sistema nacional de CT&I,
bem como pela difusão e popularização
da ciência no País



INFORMAÇÃO
Receba de forma digital,
gratuitamente, a revista *Ciência &
Cultura*, o *Jornal da Ciência*
e o boletim *JC Notícias*

Para conhecer a SBPC e obter informações
sobre valores e descontos para professores,
estudantes e outros profissionais associados,
acesse o site ou envie mensagem por e-mail:

 portal.sbpcnet.org.br

 socios@sbpcnet.org.br

ASSOCIE-SE À SBPC:
TODOS JUNTOS SOMOS FORTES!

   /SBPCnet

 /canalSBPC

Jornal da Ciência

ANO XXXIV | Nº 792 | JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO 2021

Conselho Editorial:

Claudia Masini d'Ávila-Levy, Lisbeth Kaiserlian
Cordani, Luisa Massarani, Graça Caldas e
Marilene Correa da Silva Freitas

Edição: Daniela Klebis

Editora-assistente: Janes Rocha

Redação e reportagem:

Janes Rocha e Vivian Costa

Revisão: Carlos Henrique Santos e Vivian Costa

Arte e Diagramação: Fernanda C. M. Pestana

Distribuição e divulgação: Carlos Henrique Santos

Publicação da Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência

Redação:

Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar,
CEP 01222-010 São Paulo, SP.
Fone: (11) 3259-2766

E-mail: jciencia@jornaldaciencia.org.br

Apoio: Finep e CNPq

ISSN 1414-655X

Distribuição: Excepcionalmente, em função
da pandemia de coronavírus, o jornal está
disponível apenas em sua versão eletrônica,
com acesso pelo site:

www.jornaldaciencia.org.br

FIQUE SÓCIO

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no
site www.sbpcnet.org.br ou entre em contato pelo
email: socios@sbpcnet.org.br

VALORES DAS ANUIDADES

R\$ 50 Estudantes do Ensino Básico, de Graduação,
Professores de Ensino Básico, e Estudantes
associados quites de Sociedades Afiliadas
à SBPC.

R\$ 70 Estudantes de Pós-Graduação.

R\$ 100 Profissional associado quite de Sociedades
Afiliadas à SBPC.

R\$ 150 Professores de Ensino Superior, Pesquisadores
e Outros Profissionais.

 Sociedade
Brasileira para
o Progresso da
Ciência

R. Maria Antônia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3259-2766
sbpcnet.org.br